

Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas*

The state of knowledge in the internationalization of higher education – Concepts and practices

Marília Costa Morosini**

RESUMO

A partir da década de 90 a internacionalização da educação superior se fortifica no panorama mundial. Corrobora para isto a tendência de categorizar a educação como serviço, regulamentada pela OMC, paralelo ao predomínio da concepção de transnacionalização frente à da soberania do estado-nação. O trabalho objetiva identificar o estado de conhecimento sobre internacionalização universitária, conceitos e práticas (DALE, 2000), neste século, por meio do estudo de banco de dados de periódicos de educação, da Europa e da América do Norte. A metodologia segue os princípios de análise de conteúdo. Foram identificados o crescimento da produção sobre o tema e uma tendência à alteração de foco temático: do conceitual para a prática. A internacionalização da educação superior frente à expansão quase que desordenada do sistema e à complexidade instituída, necessita, urgentemen-

* Trabalho apresentado na 28ª reunião anual da ANPED, no GT. 11 – Política de Educação Superior. Caxambu, Minas Gerais, 16 – 19 de outubro de 2005.

** Doutora em educação/UFRGS e pós-doutora no LLLAS – Institute of Latin American Studies da Universidade do Texas, em Austin. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da PUCRS e professora aposentada da UFRGS. É coordenadora das Redes UNIVERSITAS/ANPED (<http://www.pucrs.br/faced/pos/universitas>) e RIES – Rede Sul brasileira de Investigadores da Educação Superior (Núcleo de Excelência em Ciência e Tecnologia CNPq/FAPERGS – PRONEX). Pesquisador 1 CNPQ, morosini@via-rs.net.

te, de estudos e políticas públicas que freiem a perspectiva mercadológica e contribuam para a qualidade acadêmica social.

Palavras-chave: internacionalização da educação superior; estado do conhecimento; transnacionalização; educação superior.

ABSTRACT

The internationalization of higher education assumes a leading role in the world scenario after the 1990s. This tendency is fortified with the classification of higher education as service, subject to the General Agreement of Trade in Services (GATS) of the World Trade Organization (WTO), and the prevailing notion of transnationalization over sovereignty of the nation-state. This paper intends to identify the state of knowledge about university internationalization, concepts and practices (DALE, 2000), in this century, from the analysis of data bases of European and North-American education periodicals. The methodology is guided by the principles of content analysis. The growth of scholarly writings on the topic has been identified, along with a tendency of altering the thematic focus: from conceptual to practical. The internationalization of higher education in the light of the expansion of the system and complexity urges for studies and public policies that reduce the market approach and contribute to the social-academic quality.

Key-words: Internationalization of Higher Education; state of art; higher education; transnationalization.

A internacionalização é marca das relações entre as universidades. Por sua natureza de produtora de conhecimento, a universidade sempre teve como norma a internacionalização da função pesquisa, apoiada na autonomia do pesquisador. Já o ensino, principalmente o de graduação, é controlado pelo estado e, no caso brasileiro, fortemente, desde o processo de autorização e reconhecimento de uma instituição, credenciamento de cursos, adequação às diretrizes curriculares dos cursos, implantação e execução do processo de avaliação até o reconhecimento de títulos e diplomas realizados no exterior. O formalismo e a dependência das políticas estatais dificultam a autonomia do ensino no contexto da internacionalização da educação superior.

É a partir da década de 1990, com o processo de globalização, que a internacionalização da educação superior vem se fortificando no panorama mundial. Tal afirmativa não mais se prende à função pesquisa, mas estende-se à função ensino. Corrobora para isto a tendência de categorizar a educação como serviço, com a sua conseqüente regulamentação pela OMC – Organização Mundial do Comércio (DIAS SOBRINHO, 2005), paralela ao predomínio da concepção de transnacionalização frente à consideração da educação como bem público, resguardada pela soberania do estado-nação.

Considerando que, neste contexto de expansão de mercado transnacional, o Brasil tem potencialidades de constituir-se em um significativo consumidor de serviços de educação superior; que o conhecimento reconhecido é um bem de alto valor, concentrado em poucos países do hemisfério norte;¹ e que é de suma importância a posse do conhecimento, o presente trabalho tem como objetivo “identificar o estado de conhecimento sobre internacionalização universitária, no tocante a conceitos e práticas” (DALE, 2000), neste século. Este estudo teve como fonte artigos publicados em periódicos científicos, eletrônicos e de educação, basicamente da Europa e da América do Norte. Para atender tal objetivo, o texto, inicialmente, tece considerações sobre as políticas públicas educacionais em suas relações com o Estado e a importância que a globalização adquiriu na década de 1990 e início deste século. Adentra, posteriormente, em considerações metodológicas e na análise e avaliação da produção científica da internacionalização universitária, priorizando alguns aspectos e formas de abordagem desta produção.

Globalização e internacionalização da educação superior

A produção científica sobre educação superior vem apresentando tendências de relacionar globalização e educação. Questões como: a internacionalização da educação superior é um fator de consolidação da

¹ A análise bibliométrica das citações entre 1988 e 1998 aponta que 81% das citações internacionais estão concentradas em sete países (USA, Reino Unido, Japão, Alemanha, França, Canadá e Itália), das quais 48% nos Estados Unidos.

globalização ou um fator de manutenção dos Estados-nação? Que vinculação existe entre educação superior e globalização? E ainda: as respostas a tais questões só podem ser colocadas de forma maniqueísta?

Na busca de respostas aos questionamentos anteriores, acredita-se que estudos sobre políticas públicas educacionais não podem ser entendidos como alijados do estudo da natureza política do Estado, das características de mutabilidade destas políticas e da consideração da complexidade da produção no patamar estatal e institucional.

Na última década, os estudos têm se concentrado na classificação das relações Estado-Universidade como a de um Estado Avaliador (NEAVE, 1988). Tais relações refletem a desacomodação de uma concepção dominante de educação superior para a elite, frente a uma demanda por acesso, em explosão, caracterizando a síndrome da educação de massa.²

A corrente crítica define este momento da modernidade “como de vazio ou de crise, mas que é, em nível mais profundo, uma situação de transição... O Estado que a caracteriza é o regulador” (SANTOS, 1995). Neste campo, afirma o autor, “(...) as transformações têm sido profundas e vertiginosas (...) O princípio do mercado adquiriu pujança sem precedentes, e tanto que extravasou o econômico e procurou colonizar tanto o princípio do Estado como o princípio da comunidade” (p. 87).

Outros teóricos denominam o Estado de Supervisor, representando um modelo híbrido entre o mercado e o Estado, pois conjuga estratégias de autonomia ou auto-regulação institucional. Afonso (2000), estudioso português, continuando a linha de raciocínio de Santos e estudando a influência da globalização sobre as políticas do Estado, aponta para a redefinição de seu papel, mas não para o seu desaparecimento. A mediação que os estados-nacionais apresentam na formulação das políticas educativas é classificada como de baixa intensidade – a educação, quando em comparação com as outras dimensões, parece estar resistindo mais do que outras áreas.

² Santos (1995) afirma que “a crise da legitimidade ocorre, assim, no momento em que se torna socialmente visível que a educação superior e a alta cultura são prerrogativas das classes superiores altas. Quando a procura pela educação deixa de ser uma reivindicação utópica e passa a ser uma aspiração socialmente legitimada, a universidade só pode legitimar-se a satisfazendo. Por isso a sua função tradicional de produzir conhecimentos e de transmiti-los a um grupo social restrito e homogêneo, quer em termos das suas origens sociais, quer em termos dos seus destinos profissionais e de modo a impedir o seu status, passa a se duplicar por esta outra de produzir conhecimentos a camadas sociais muito amplas e heterogêneas e com vista a promover a sua ascensão social” (p. 211).

Uma das características das políticas neoliberais tem sido a promoção de mecanismos de mercado no interior do espaço estrutural do estado, liberalizando e promovendo pressões competitivas entre serviços (...) Surgem assim os designados quase-mercados, que põem em evidência o caráter híbrido das novas formas de financiamento, fornecimento e regulação, mas que não significam necessariamente a diminuição de seu poder de intervenção. (p. 37).

Seguindo a teorização de Dale (1999, 2000), duas perspectivas opostas podem relacionar educação e globalização: a primeira delas é a denominada *world institutionalist* e se refere à existência de uma cultura educacional mundial comum, onde o modelo único seria o modelo certo, prisma de comparação. Janela Afonso, a este respeito, afirma que "... as instituições nacionais, incluindo o próprio Estado, não se desenvolvem autonomamente, sendo antes modeladas no contexto supranacional pelo efeito de uma ideologia mundial (ocidental) dominante" (p. 25). A segunda teoria, apontada por Dale, identifica a relação das políticas educacionais com uma agenda globalmente estruturada para a educação. Mesmo tendo laços com uma concepção capitalista, esta segunda perspectiva não impede que se analise as especificidades dos processos nacionais na procura das suas articulações com as dinâmicas transnacionais e globais.

Estas transformações que o Estado vem sofrendo tendem a se concretizar via relações dos campos científico e profissional.³ A separação entre os campos, que anteriormente se definia por atuações quase que distintas, hoje, com esta característica de Estado, assume uma preponderância da influência do campo profissional na configuração do científico. Ou seja, as determinações do mercado de trabalho sobre a universidade vêm transformando os princípios das mesmas, como apontado em inúmeros trabalhos, não só internacionais mas nacionais (SGUISSARDI, V.; SILVA JUNIOR, 2001).

³ Campo Social – "espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim neles, na sua primeira dimensão, segundo o volume global de capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição de seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses" (BOURDIEU, 1983, p. 135).

As características da educação estão intimamente imbricadas com o processo de globalização e com as determinações oriundas de organismos internacionais multilaterais. O Estado avaliativo adquire a conotação de avaliação em todos os aspectos da realidade educacional e em todos os níveis do sistema. Entretanto, é no sistema de ensino superior que se verifica o maior impacto. Isto porque a globalização considera como um dos principais valores o conhecimento e, neste, o advindo de patamares superiores, onde a busca de educação e certificação continuada se faz presente. A universidade adquire um valor máximo e a concepção de liberdade acadêmica, símbolo da intocabilidade do ensino superior, passa a sofrer impacto.

Esta concepção é fundamentada pela regulação econômica *Public Choice Theory*: “(...) o interesse público será mais bem servido com a retirada do poder decisório das instituições políticas, incluindo não somente agências administrativas, como também poder legislativo e possivelmente as cortes” (MERRIL, 1993, p. 35). O candidato principal para receber esta autoridade é, logicamente, o “mercado”, entendido como um arranjo social onde os resultados são alcançados por meio de ação descentralizada de atores individuais, trabalhando em seu interesse próprio.

Neste contexto, o mercado adquire um âmbito transnacional corroborado pela inclusão da educação nas regras do GATs (General Agreement on Trade and Services) abarcadas pela OMC. Dias (2002) destaca que no campo do ensino superior “a grande tendência nos últimos anos é a comercialização, favorecida pelo desenvolvimento de novas tecnologias e estimulada pela OMC... Controlar a educação pode representar, em tempos de internet e de novas tecnologias, lucros fabulosos. Significa também – e isto é o essencial - o controle sobre as mentes e representa uma pá de cal final no pouco que resta, nestes tempos de globalização, de soberania aos estados nacionais (p.1).

Ainda é importante lembrar, que, na relação estado-universidade, quando os indivíduos conseguem interiorizar seus direitos, a construção da emancipação é decorrente. Por outro lado, quando os indivíduos vêem os direitos como benesses do Estado, a aceitação das políticas regulatórias torna-se mais fácil. Neste Estado a

tarefa é agora a de, a partir dela (a fragmentação), reconstruir um arquipélago de racionalidades locais, nem mínimas nem máximas, mas tão-só adequadas às necessidades locais, quer existentes quer potenciais, e na medida em

que elas forem democraticamente formuladas pela comunidades interpretativas (SANTOS, 2000 p. 110-111).

Por fim, o embasamento teórico aponta para: a transnacionalização universitária como decorrência do processo de globalização; o acelerado processo de formulação de políticas educacionais públicas estatais e não estatais de transnacionalização não mais entre países do Mercosul, mas extensível à América Latina, à União Européia e ao mundo; a consolidação do Estado avaliativo/regulador/supervisor na educação; o acelerado processo de expansão da educação superior em quase todos os países, principalmente no Brasil; e a possibilidade da classificação da educação superior como serviço (GATs) e com o predomínio de conceito isomórfico de qualidade. É neste contexto que o estudo do *estado do conhecimento⁴ sobre internacionalização da educação superior* – conceitos e práticas – adquire significado.

Caminhos metodológicos

A metodologia de construção do estado de conhecimento apóia-se em duas dimensões com vistas a identificar diferenças (DALE, 2000. p. 14) e similaridades no processo de internacionalização: seus fins, ou seja aquilo que a internacionalização universitária objetiva alcançar, e sua forma, significados e arranjos por meio dos quais busca-se implementar os objetivos.

⁴ *Estado do conhecimento* é conceituado como um estudo quantitativo/qualitativo, descritivo da trajetória e distribuição da produção científica sobre um determinado objeto, estabelecendo relações contextuais com um conjunto de outras variáveis como, por exemplo, data de publicação, temas e periódicos, etc. (UNIVERSITAS, 2002). A construção do Estado do conhecimento da internacionalização universitária em periódicos eletrônicos internacionais tem como foco os grandes temas de internacionalização da educação superior. Isso não significa dizer que todas as informações contidas no banco de dados que lhe dá suporte são esgotadas.

A fonte primordial da pesquisa foram periódicos científicos educacionais eletrônicos,⁵ dos quais foram selecionados⁶ e posteriormente armazenados em banco de dados artigos (163) referentes ao tema. A coleta de dados inicial ocorreu em 2002 e 2003 e, em 2005, foi complementada.

A metodologia para a construção do *estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior* obedeceu aos princípios da metodologia do projeto UNIVERSITAS,⁷ que tem como fundamento a análise de conteúdo (GRAWITZ, 1986).

A produção sobre internacionalização da educação superior

O exame dos documentos publicados em periódicos científicos educacionais eletrônicos da Europa e da América do Norte possibilitou a iden-

⁵ Periódicos Consultados: *Academe*; *American Council On Education*; *Atenea*; *College And University*; *Comparative Political Studies*; *Current Issues in Catholic Higher Education*; *Daedalus*; *Development and Change*; *Education*; *Education Canada*; *Education Policy Analysis Archives*; *Educational Administration Abstracts*; *European Journal of Teacher Education*; *Foreign Policy in Focus*; *Higher Education*; *Higher Education In Europe*; *Higher Education Policy*; *Higher Education Quarterly*; *International Educational Journal*, *International Higher Education*; *International Journal of Education Development*; *International Review of Education*; *Journal of Education For Teaching*; *Journal Of Studies In International Education*; *Minerva*; *Research In Higher Education*; *Studies In Higher Education*; *The Academic Estate*; *The Chronicle of Higher Education*; *The Education Reform and Management Series*; *The Journal of Higher Education*.

⁶ Fases do processo de seleção: 1. Trabalho aleatório na internet para a identificação de databases e indexes; database da área da educação; electronics journals por área de conhecimento - educação, ciências sociais, administração, ciência política e outras; 2. Cruzamento das entradas por periódico e palavras-chave, por exemplo, *Higher Education Internationalization* ou por palavra-chave, por exemplo *Internationalization*; 3. Identificação dos periódicos que continham artigos sobre internacionalização universitária, integrantes, principalmente do databases *Education Abstracts*; 4. captação de textos. (<http://www.pucrs.br/faced/pos/universitas>).

⁷ A metodologia se propõe a uma “bibliografia anotada/categorizada/resumida”, de documentos publicados que traçassem o panorama da produção científica sobre internacionalização universitária. A unificação das bibliografias implicou num trabalho de editoração, visando à homogeneização dos resumos, e num trabalho de programação, para a construção do banco de dados num ambiente de sistema multiusuário.

tificação de alguns pontos-chaves nesta produção. O primeiro deles é o crescimento da produção sobre o tema, identificado no número de artigos, de periódicos, na criação de novas revistas, nas publicações virtuais e no aumento de revistas ligadas a grupos privados, necessariamente não institucionais universitários. Tal crescimento da produção está diretamente apoiado no desenvolvimento dos meios eletrônicos de comunicação.

Analisando o foco temático das publicações, nosso principal objetivo, constatamos que os focos-fins da internacionalização universitária, bem como a forma de alcance de tais objetivos, são claramente identificáveis no período analisado – o século XXI. Entretanto, nos seis anos em estudo, ocorrem variações e podemos identificar dois momentos interligados: o primeiro deles, de constituição do conceito de internacionalização e, no segundo, mesmo que a discussão sobre o conceito se faça presente, surge como tendência a busca de estratégias para a implantação e melhoria da internacionalização da educação superior.

O conceito de Internacionalização Universitária

Muitos documentos versam sobre as concepções teóricas de internacionalização. Desde aqueles que se detêm na relação universidade e conhecimento até os mais específicos, que buscam definir pontos focais como globalização, internacionalização, transnacionalização, etc.

Internacionalização da educação superior é um conceito complexo, com uma diversidade de termos relacionados, apresentando diversas fases de desenvolvimento. São citadas: a) *dimensão internacional* – presente no século XX, que se caracteriza por ser uma fase incidental mais do que organizada; b) *educação internacional* – atividade organizada prevalente nos Estados Unidos, entre a segunda guerra mundial e o término da guerra fria, preferentemente por razões políticas e de segurança nacional; e c) *internacionalização da educação superior*, posterior à guerra fria e com características de um processo estratégico ligado à globalização e à regionalização das sociedades e seu impacto na educação superior.

Bartell (2003) conceitua a *Internacionalização* como trocas internacionais relacionadas à educação e a *Globalização* como uma avançada fase no processo que envolve a internacionalização. O autor aponta diversas formas de realizar a internacionalização: presença de estrangeiros e estudantes-convênios num determinado campus; número e magnitude de concessões de pesquisa internacional; projetos de pesquisa internacionais cooperativados; associações internacionais envolvendo consultoria para

universidades estrangeiras e outras instituições; setores de universidades privadas com metas internacionais; cooperação internacional e colaboração entre escolas, conselhos e faculdades na universidade; e o grau de imersão internacional no currículo, entre outros.

Outras posições identificam a *internacionalização* como um processo na universidade como um todo. As estratégias para atingir este conceito abarcam cursos para executivos de negócios; aumento de contatos com estudantes internacionais e professores, exportação de MBA; estabelecimento, via Internet, de campi em outros países, ou oferecimento de contratos de capacitação para executivos de negócios ou oficiais do governo; atração de estudantes internacionais, formando colaborações de pesquisa, provendo cursos de treinamento em outros países ou, ainda, realizando marketing de educação à distância. (GREEN; BAER, 2001)

Marginson e Rhoades (2002) conceituam *Internacionalização* como a globalização do ensino superior, o desenvolvimento do aumento de sistemas educacionais integrados e as relações universitárias além da nação. Estes autores conceituam também *Capitalismo acadêmico*, que identifica uma tendência global de privatização na educação superior, com todas as características inerentes, inclusive com destaque ao lucro.

Green e Eckel (2002) conceituam a *Globalização* como um termo ambíguo: livre corrente de idéias, capitais, pessoas e bens em volta do mundo, e que implica na hegemonia do sistema capitalista, na dominação de nações e corporações ricas e na perda de identidade e cultura nacional.

Altbach (2002) adverte que as corporações multinacionais, conglomerados de mídia e até as grandes universidades são os novos neocolonialistas – procurando o domínio não só por razões políticas e ideológicas, mas preferencialmente por objetivos comerciais. Entretanto, o resultado deste domínio é muito similar: perda de autonomia intelectual e cultural por aqueles que são os menos poderosos. Colaboração acadêmica, troca intelectual e internacionalização são subordinadas à maior missão da empresa – lucro. O mundo está se movendo na direção de internacionalizar educação superior usando as energias da academia e respondendo às necessidades do mercado.

Na mesma linha de Altbach, Teichler, em 2004, define internacionalização e globalização. A *Internacionalização*, crescentes atividades além-fronteira entre os sistemas nacionais de educação superior, está perdendo espaço para a *globalização*, atividades ambíguas, além-fronteiras, que é empregada com frequência para caracterizar as tendências mundiais e a crescente competição global. Pergunta-se o autor se a globalização

da educação superior deve ser vista como uma manifestação do “*turbo-capitalismo*” (cf. CURRIE; NEWSON, 1998 *apud* TEICHLER, 2004) ou pode ser vista, ao contrário, como uma mudança voltada ao entendimento global.

É de Altbach (2004) que vem o alerta para os perigos da educação transnacional e da multinacionalização da educação superior,⁸ com o risco de termos a macdonaldização.

Ainda em relação à constituição do conceito de internacionalização, também são tratados temas como: resistência aos processos de internacionalização, examinando o caso do USA e do México; internacionalização como meio para a igualdade universitária; e a minimização da pobreza, a amplitude do acesso e da distribuição de recursos. Também são discutidas experiências em países que já adotam a internacionalização universitária, como: Japão, Argentina, Malásia, África do Sul, Quênia, Austrália e China.

Mais recentemente (2004), continua a publicação de artigos que visam à constituição do conceito de internacionalização universitária. Ela é definida como “o processo que integra uma dimensão global, intercultural e internacional nos objetivos, funções e oferta da educação pós-secundária” (KNIGHT, 2004. p. 11).

Da mesma forma, é reforçada a relação entre globalização e internacionalização: a internacionalização está transformando o mundo da educação superior e a globalização está transformando o mundo da internacionalização (KNIGHT, 2004. p. 5).

⁸ Multinacionalização da Educação Superior: programas acadêmicos ou IES pertencentes a um determinado país e que são oferecidos em outro(s) país(es). Geralmente a multinacionalização marca relações entre desiguais e tem como objetivo maior o lucro. As IES estrangeiras dominam a instituição local ou novas instituições são baseadas em idéias estrangeiras e valores não locais. Existem alguns tipos de multinacionalização: 1. estabelecimento de campus no estrangeiro por iniciativa local, com fortes relações com as instituições estrangeiras e, geralmente, supervisionados pelas mesmas e acreditado no país da matriz. O currículo é o da instituição estrangeira e a língua, o inglês. Cita como exemplo a Escola de Negócios da Universidade de Chicago e seus campi na Europa. Os professores são oriundos da Escola e o currículo é o da escola com focus internacional. Refere-se a um pequeno número de universidades; 2. Modelo universitário padrão de exportação. Caracteriza-se pelo oferecimento de curso no exterior por instituição de país industrializado, geralmente para países em desenvolvimento. O anfitrião pode ser uma corporação sem ligação alguma com educação, uma instituição educacional ou então uma combinação das duas alternativas anteriores. Cita como exemplo cursos oferecidos na Malásia por instituição australiana e/ou britânica; 3. Mcdonaldização - oferta de filiais “empacotadas” de IES ou cursos superiores em outro país; e 4. Programas conjuntos (*joint degrees*) oferecidos por IES em dois ou mais países.

Entretanto as discussões sobre a concepção de internacionalização universitária já não apresentam o caráter amplo do período anterior (2000–2003) e abarcam temas como internacionalização e as instituições universitárias. Isto porque, dada como certa a internacionalização, o pensamento mundial isomórfico passa a discutir os efeitos da globalização sobre a instituição universitária.

Em 2004, na revista *Higher Education*, foi localizado um longo artigo (p. 483-510) que discute os efeitos da globalização sobre as organizações. Afirma o autor (VAIRA, 2004, p. 44) que os efeitos da globalização sobre a mudança organizacional são de larga extensão e ambíguos, podendo ser identificadas duas opostas interpretações – a tese da convergência (isomórfica), que enfatiza o processo de homogeneização dos efeitos sobre as instituições, e a tese da divergência (idiossincrática ou polimórfica), que enfatiza o processo de respostas à globalização como diferentes, pluralísticas e localizadas. O autor propõe o *Alomorfismo organizacional*, definido como a perspectiva entre a macroestrutural (novo institucionalismo e mudança isomórfica) e a microanálise (mudança estratégica e mudança polimórfica), que oferece um quadro sintético da mudança organizacional que ocorre em face de pressão macroestrutural frente às capacidades locais (nacional e organizacional) para se adaptar e ajustar aos imperativos e arquétipos do global.

Na análise do nível institucional, o foco na *qualidade* universitária se mantém, mas abrange políticas de capacitação e práticas, a busca de minimização das diferenças via estratégias educativas, bem como é identificada a tendência ao apoio à avaliação externa das instituições de educação superior.

Estratégias de internacionalização da educação superior

As estratégias de internacionalização marcam os anos de 2004 e 2005 e estão voltadas, primordialmente, à função ensino. São identificados textos que fomentam redes de pesquisa, mas o cerne da produção científica é o ensino. Inicialmente relatavam intercâmbios, alunos-convênios e outros casos esporádicos e passam à priorização da experiência internacional no mundo globalizado. Neste período, cresce o número de produções científicas que discutem as estratégias de internacionalização: em nível de estudantes, seu aprendizado, a construção de sua identidade e sua adaptação social; currículos internacionalizados, e desenvolvimento tecnológico para apoio à internacionalização, entre outros.

Autonomia de estudos e currículos internacionalizados

Entre os temas que vêm se fortificando neste século, podem ser destacados os currículos internacionalizados e os currículos voltados ao *business*.

O fenômeno da globalização apresenta um conjunto diferenciado de desafios para a educação superior e requer que os estudantes internacionais, por exemplo, de administração estejam preparados profissionalmente para enfrentar a complexidade, a interdependência e a dinamicidade da economia. Assim, uma combinação de intercâmbio estudantil distinto, programas de estudo no exterior, relações com corporações do exterior e, o mais importante, um sólido currículo internacional de negócios pode permitir ao estudante ser mais efetivo na resolução individualizada de problemas (ORTIZ, 2004).

Também são identificados artigos que têm como foco o *aprendizado* do estudante. Inúmeros são os textos que abordam este objeto, do ponto de vista do domínio da língua inglesa como principal instrumento de aprendizagem e do próprio processo de aprendizagem. São destacados os estudos individualizados, com a figura do aluno pesquisador, e estudos que abordam os desafios enfrentados pelos alunos internacionais para integrarem estratégias onde a participação em sala de aula é prioritária. Hellsten, M., Prescott, em 2004, afirmam que o modo interativo (i.e., discussão baseada no ensino) de uma unidade é melhor do que o método centrado no professor, em classes onde existem estudantes internacionais. Entre as estratégias ligadas ao aluno também são apontados o ensino e a pesquisa em rede, pois possibilitam a desvinculação do contato *face to face* e, conseqüentemente, abre espaço para o ensino à distância.

Identidade estudantil, práticas sociais e sustentabilidade

O período de 2004 é reflexo de uma tendência internacional que discorre sobre a universidade empreendedora e mais ainda a universidade sustentável (CLARK, 2002). Tal princípio, não exclusivo da educação, está proposto em documentos que integram o banco de dados em análise.

Em nível dos estudantes, é ressaltado que os mesmos, no exterior, estão envolvidos com as demandas da família, do trabalho e do estudo.

Como resultado, geralmente não conseguem atender todos os requerimentos do programa de estudos. Assim,

a identidade do estudante estrangeiro envolve a negociação entre vários papéis no qual o aprender está simultaneamente engajado. Isto é obtido através de um processo racional de tomada de decisão, levando em consideração o que necessita ser feito, o que é importante e o que é possível (CHAPMAN; PYVIS, 2005, p. 57).

A sustentabilidade do estudante também implica na capacitação do *staff* para refletir sobre suas práticas no ensino com estudantes estrangeiros. Afirmam os autores que necessário se faz discutir diferenças religiosas e culturais. “Um currículo com sensibilidade cultural pode se mover para mais além de um pensamento estereotipado que prega a internacionalização como responsabilidade que é de todos mais do que de alguns” (CHAPMAN; PYVIS, 2005, p.348).

Na prática, recomendam a negociação com os professores apoiando-se na flexibilidade de ensino.

Os professores necessitam ter algum reconhecimento da inclusão como negociação dinâmica em oposição à dominação de um sobre o outro. Nesta racionalidade está a noção de flexibilidade e mudança cotidiana para a acomodação da diversidade na nossa concepção de ensinar e de aprender (CHAPMAN; PYVIS, 2005, p. 349).

Desenvolvimento Tecnológico

No enfoque das estratégias para a internacionalização, os documentos se concentram na abordagem das sociedades do conhecimento e da relação entre conhecimento e fronteiras sociogeográficas. O desenvolvimento tecnológico é considerado umas das mais importantes ferramentas para a internacionalização e os artigos demonstram o uso da web como fortalecedor do ensino à distância, paralelo ao desenvolvimento das comunidades de

estudantes de ensino superior, ou seja, a formação de redes (LAIRD; KUH, 2005).

Desafios identificados

Retorno às questões postas no texto: a internacionalização da educação superior é um fator de consolidação da globalização ou um fator de manutenção dos Estados-nação? Que vinculação existe entre internacionalização da educação superior e globalização? E ainda: as respostas a tais questões só podem ser colocadas de forma maniqueísta?

Para respondê-las, buscamos construir e analisar o estado de conhecimento sobre internacionalização da educação superior, neste século, em periódicos eletrônicos de educação. Apoiamo-nos em alguns autores, principalmente Dale, utilizando eixos de entendimento da relação educação e globalização: o eixo do conceito de internacionalização e o eixo das formas e/ou estratégias da internacionalização.

A relação internacionalização da educação superior e globalização é reconhecida no pensamento veiculado na América e na Europa, com uma nítida tendência de crescimento de sua importância. Na constituição do conceito, a internacionalização converge para uma variedade de entendimentos, interpretações e aplicações,

oscilando entre uma visão minimalista, instrumental e estática, tal como a busca de financiamento externo para programas de estudos no exterior, intercâmbio internacional de estudantes, realização de pesquisas internacionalmente e uma visão de internacionalização como complexa, de ampla abrangência, orientada por políticas e que permeia a vida, a cultura, o currículo, o ensino assim como atividades de pesquisa, da universidade e seus membros (BARTELL, 2003, p. 46).

No eixo das estratégias, com a expansão da internet, de programas à distância, da autonomia do discente com fundamentos em metodologia de aprendizagem, a tendência se acirra.

Entre os desafios da relação internacionalização da educação e globalização há que considerar os efeitos que podem advir da determinação da educação superior como serviço comercial regulamentado pela OMC, sobrepondo-se à concepção de educação como bem público componente fundante do Estado-nação.⁹

O problema com o atual debate sobre globalização é exatamente o mesmo que com as discussões de suas implicações – os prós vêem apenas um brilhante futuro de integração econômica, enquanto os contras focam apenas nos negativos. Nenhum deles tem uma visão balanceada que leve em conta armadilhas e desigualdades (ALTBACH, 2002).

E, mais ainda, ao analisar os países que serão os consumidores dos produtos educacionais das relações internacionalizadas, refiro-me especificamente ao Brasil, poder-nos-íamos aventurar a dizer que estamos ainda, timidamente, na fase da constituição do conceito de internacionalização universitária. Urgem estudos sobre a temática, para que não caiamos num processo transnacional onde as negociações regulatórias não considerem as características regionais e a soberania do estado-nação. Concluindo com Santos (2000), concordamos que as mini-racionalidades pós-modernas estão, pois, conscientes dessa irracionalidade global, mas estão também conscientes que só a podem combater localmente.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A Janela. Reforma do Estado e Políticas Educacionais: alguns tópicos para discussão. *Anuário GT Estado e Política Educacional: políticas, gestão e financiamento da educação*. 23ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu: set. 2000, p. 15-36.

_____. A redefinição do papel do Estado e as políticas educativas: elementos para a transição. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Braga, n. 37, 2001, p. 33-48.

ALTBACH, P. G. Why higher education is not a global commodity. *The Chronicle of Higher Education*. USA, v. 47, may 2001.

⁹ A tendência ao Capitalismo acadêmico vem marcada pela expansão da privatização via da sociedade limitada ou de capital aberto, não importando mais os limites políticos do estado-nação. Tais IES são organizações que têm campi em diversos países, seja como matriz, seja em forma de consórcio ou pelo predomínio no capital, via controle acionário da IES.

_____. Knowledge and education as international commodities: The collapse of the common good. Current Issues. *Catholic Higher Education*. USA, v.22, may-june 2002.

_____. Globalization and the university: myths and realities in unequal world. *Tertiary Education and Management*. Kluwer Academic Publishers, v. 10, 2004, p. 3-25.

BARTELL, M. Internationalization of universities: A university culture-based framework. *Higher Education*. Manitoba, Winnipeg, 2003, p. 37-52.

BOURDIEU, P. O campo científico In: _____. *Pierre Bourdieu, 1930: sociologia/org.* (da coletânea) Renato Ortiz; tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

CHAPMAN, A., PYVIS, D. Identity and social practice in higher education: a student experiences of postgraduate courses delivered offshore in Singapore and Hong Kong by an Australian university. *International Journal of Educational Development*. Elsevier, n. 25, 2005, p. 39-52.

CLARK, B. *Sustaining change in universities: continuities in case studies and concepts*. Plenary Adress. 24th Annual EAIR Forum, Prague, Czech Republic, September 8-11, 2002.

DALE, R. Globalization and education: demonstrating a common world educational culture or locating a globally structured educational agenda? *Educational Theory*, v. 50, n. 4, 1999, p. 427-448.

_____. Regional Organizations as a medium of globalization of education. Workshop: *Reflecting Globalization effects on national education policy*. Hong Kong: City University of Hong Kong/Comparative Education Policy Research Unit, 19.09.2000 (mimeo)

DIAS Sobrinho, J. Educação Superior, globalização e democratização. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: ANPED, v.28, 2005, p. 164-173.

DIAS, M. A. *Educação Superior: bem público ou serviço comercial regulamentado pela OMC?* Porto Alegre: Reunião de Reitores de Universidades Públicas Ibero-americanas – III Cumbre Iberoamericana de Rectores de Universidades Estatales. 26 de abril de 2002. (versão provisória).

GRAWITZ, M. Le Techniques au service des sciences sociales (Livro III). In: PINTO, Roger; GRAWITZ, Madeleine. *Méthodes des Sciences Sociales*. Paris: Livraria Dalloz, 1986.

GREEN, M.; ECKEL, P.; BARBLAN, A. The Brave New (and Smaller) World of Higher Education: A Transatlantic View. *International Higher Education*, US, v.29, September 2002.

_____; BAER, M. Global learning in a new age: *The Chronicle of Higher Education*, USA, v.48, November 2001.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização...

HELLSTEN, M., PRESCOTT, A. Learning at university: the international student experience. *International Education Journal*, v.5, n.3, 2004, p. 344-351.

KNIGHT, J. *Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales*. Journal of Studies in International Education. Sage Publications, v.8, n.1, spring 2004, p. 5-32.

LAIRD, N., KUH, G. Student experiences with information technology and their relationship to other aspects of student engagement. *Research In Higher Education*, v.46, 2005.

MARGINSON, S.; RHOADES, G. Beyond national states, markets, and systems of higher education: A glonacal agency heuristic. *Higher Education*. Kluwer Academic Publishers. Printed in the Netherlands, v.43, 2002.

MERRILL, T. Capture Theory and the Courts: 1967-1983, 72 Chicago-Kent. *Law Review*, p. 1039-1054, 1993.

NEAVE, G. On the cultivation of quality, efficiency and enterprise: an overview of recent trends in higher education in Western Europe: 1986 – 1988. *European Journal of Education*, 1988, v. 23, n. 1/2, p. 7-23.

ORTIZ, J. International Business Education in a Global environment: a conceptual approach. *International Education Journal*, v. 5, n. 2, 2004, p. 255-265.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice*. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

SGUISSARDI, V.; SILVA JUNIOR, J. R. *Educação Superior: análise e perspectivas de pesquisa*. São Paulo: Xamã, 2001.

TEICHLER, U. The changing debate on internationalisation of higher education. *Higher Education*, Kluwer Academic Publishers, v. 48, 2004. p. 5-26.

UNIVERSITAS: a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968 – 2000. Porto Alegre: GT Política de Educação Superior/ ANPED, 2002. Disponível em: <http://www.pucrs.br/faced/pos/universitas>.

VAIRA, M. Globalization and higher education organizational change: a framework for analysis. *Higher Education*. Kluwer Academic Publishers, v.48, 2004, p. 483-510.

Texto recebido em 10 maio 2006

Texto aprovado em 02 jul. 2006